

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A PRESENÇA DO(A) NEGRO(A) NO MAGISTÉRIO: ITINERÁRIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Débora Maria do Nascimento¹
Francisco Hamaral Nunes de Freitas²
Fernanda Marques Fernandes³

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos os resultados do projeto de pesquisa intitulado “As relações étnico-raciais e a presença do(a) negro(a) no magistério: um estudo sobre a produção de pesquisa no Brasil”, desenvolvida por uma equipe composta por discentes e docentes do curso de Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/CAMEAM.

A pesquisa foi desenvolvida através da consulta ao banco de dissertações e teses da CAPES. A captura dos dados se deu no dia 27 de julho de 2013, utilizamos como referência a busca por assunto com as seguintes palavras-chave: relações étnico-raciais e formação docente. Foram encontradas cinco teses e dezoito dissertações.

O percurso teórico-metodológico da pesquisa se desenvolveu seguindo as seguintes etapas ou momentos: a) aprofundamento das considerações teórico-metodológicas que orientam a análise do objeto de estudo da pesquisa. Nessa perspectiva, priorizaremos o estudo de obras que abordavam a temática em estudo para compreensão/aprofundamentos das categorias: raça, etnia, democracia racial, cultura, identidade, negro e educação, multiculturalismo e interculturalismo; b) levantamento da produção de pesquisa, que ocorreu em primeiro momento pela listagem das teses e dissertações de 2004 a 2012. Para definição do período de início tomamos como referência o surgimento do GT na ANPED; c) leitura dos resumos para, inicialmente, levantar/organizar a produção existente de acordo com os temas, objeto, objetivo e referencial teórico-metodológico que estes enfocam; d) quantificação da produção de acordo com os seguintes indicadores: por instituição; região; temas/objetos de estudo; ano; metodologia; correntes teóricas; abrangência da pesquisa (local, regional,

¹ Professora do Departamento de Educação, docente do quadro permanente do PROLETRAS, Líder do Grupo de Pesquisa: Formação, Memória e Políticas Educacionais (FORMEPE). E-mail: pedeborarmar@yahoo.com.br.

² Graduando do 6º Período do Curso de Pedagogia do CAMEAM/UERN, bolsista PIBIC/CNPq/UERN.

³ Graduanda do 6º Período de Pedagogia do CAMEAM/UERN.

nacional); e) análise descritiva e interpretativa dos dados de acordo com as categorias que emergiram dos trabalhos. Nos resultados apresentados buscaremos evidenciar as contribuições dessas pesquisas para o campo, bem como as lacunas encontradas e perspectivas para futuras investigações. Dessa forma, apresentaremos nos itens a seguir a análise dos dados.

2 OS CONCEITOS DE RAÇA E CULTURA: ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS

Tendo em vista que a pesquisa buscou mapear as pesquisas que tratam das questões étnico-raciais e o acesso do professor negro ao magistério, entendemos que tais discussões não se fazem sem abordar questões como: as relações de identidade, ser e estar na profissão docente, o trabalho docente, preconceito, raça, e cultura. Desse modo, dentre os aportes teóricos que foram trabalhados na pesquisa bibliográfica, destacamos: Santos (2002), Coelho (2005) e Laraia (2004), Guimarães (2009), Geertz (2012), Hall (2003).

Assim, no percurso de investigação bibliográfica o trabalho de Coelho (2005) foi tomado como ponto de partida por considerarmos importante entender o percurso teórico-metodológico de um trabalho relacionado à temática da pesquisa. O estudo de Coelho (op.cit.) trata da invisibilidade de que a questão da cor é objeto no processo de formação de professores. Assim, o objeto de estudo do referido trabalho é o lugar que a questão racial ocupa na formação de professores. Ao problematizar os processos de formação desenvolvidos pelo Instituto de Educação do Estado do Pará, no período de 1970 a 1989, Coelho evidencia a condição inferior a que o aluno negro é relegado; defende, diante da singularidade da realidade brasileira, que é crucial a necessidade de formação dos professores para o trato da questão racial, uma vez que a ausência desta contribui para a reprodução do preconceito em sala de aula. Essa leitura sobre a importância da formação docente para o trato das relações etnicorraciais no cotidiano escolar e da sala de aula também é um dos aspectos que nos move para o estudo desse tema.

Ao continuarmos o percurso teórico da pesquisa, entendemos ser importante refletir sobre as seguintes categorias: raça, cultura e formação de professores, de forma a construirmos a fundamentação necessária para análise quantitativa e qualitativa dos trabalhos levantados nos repositórios dos programas de pós-graduação em educação de universidade das regiões sudeste, norte e nordeste do Brasil.

Dessa forma, dentre os estudos que tratam da discursão do conceito de raça, destacamos inicialmente os de Santos (2002), Coelho (2005) e Guimarães (2009). Através da leitura desses trabalhos compreendemos que a cor negra sempre esteve marcada por valores negativos. No sânscrito, o branco simboliza a classe dos brâmanes, ou seja, a mais elevada sociedade. Em grego, o negro sugere traição, intensões sinistras. Para os romanos, o negro é signo de morte e também de corrupção, já o branco significa paz e pureza. Para os homens da igreja, o negro revela-se como os sentidos ocultos da natureza, representando o pedaço e também a maldição divina. Desse modo, compreendemos que antes mesmo da elaboração de uma noção de raça, como algo que diferenciava os grupos de sujeitos no mundo, a cor negra já possuía características que eram negativas. (SANTOS, 2002).

Guimarães (2009) ao debater o conceito de raça, o faz não apenas na visão do senso comum, mas leva em consideração a questão de como esse conceito foi surgindo, e consequentemente, como este vem sendo abordado por diversos estudiosos no Brasil. Quando a discussão sobre raça volta-se para o Brasil deparamo-nos com o pensamento do autor, que entende que há uma “pretensão a um antirracismo institucional que tem raízes profundas, tanto na nossa história, quanto na nossa literatura” (GUIMARÃES, 2009, p. 39); onde fundadas nos estudos pioneiros de Gilberto Freyre, no início dos anos 1930, seguidos por Donald Pierson, nos anos 1940, a literatura especializada afirmava o caráter relativamente harmônico de nosso padrão de relações raciais.

Para Guimarães (2005) há estudos de sociólogos brasileiros que aceitam a ideia na qual, no Brasil não existe preconceito racial como nos Estados Unidos e África do Sul, mas sim “preconceito de cor”. O referido autor destaca, ainda, que a noção nativa de cor é falsa, pois é um erro conceber a cor como um fenômeno natural, “não há nada natural ou espontâneo acerca dos traços fenotípicos e da cor” (GUIMARÃES, 2005, p.46). Dessa forma, ele defende que a questão de cor no Brasil funciona como uma imagem figurada de raça, isto é, “Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais.” (GUIMARÃES, 2005, p. 47).

No tocante ao pensamento negro em Educação no Brasil Gomes e Caetano (1997) sublinham que nos últimos anos houve uma crescente preocupação entre teóricos da educação, sendo a raça uma delas, na intenção de mostrar o quanto a questão racial perpassa a construção da sociedade brasileira que vai desde a colonização até os dias atuais. Os referidos autores ressaltam, ainda, que os negros têm menos de um século de educação escolarizada, ou seja, de educação formal, garantida por meio da Lei, mas que na prática infelizmente não

funciona assim, pois na escola, nem sempre as crianças negras vindas de classe popular são bem vistas no ambiente escolar.

Ao discutir sobre o conceito de raça, Coelho (2005, p. 114) traz o pensamento de Michael Banton (1977) para traçar uma contextualização histórica sobre o conceito de raça. Nesse percurso histórico, podemos observar que em meados de 1800 a palavra raça começa a ter a sua significação modificada, se antes seu sentido correspondia à linhagem (munido de caráter histórico), seu novo entendimento passa a ser o de determinar e distinguir os tipos de seres humanos (munido agora de caráter biológico). Conforme o autor, já que o mundo foi dividido em raças, se tornava oportuno entender cada raça e o porquê da diversidade racial.

Quando Coelho (2005) se propõe a debater sobre as relações raciais no Brasil, é possível identificar nos seus escritos que o Brasil passa por uma fase de falsa democracia racial. Isso se dá pelo fato de que a sociedade brasileira revestiu-se de uma firme representação de generosidade e de liberdade racial, promovendo assim, discriminações silenciosas e violentas contra o segmento negro.

Nesse percurso teórico também destacamos a leitura da obra de Hall (2003). O pensamento desse autor destaca-se pelo olhar aguçado que dirige à cena cultural contemporânea, bem como sua formulação teórica sobre o que se denomina como estudos culturais. Os estudos de Hall focalizam a questão paradigmática da teoria cultural, ou seja, como pensar de forma não reducionista as relações entre o social e o simbólico. A contribuição fundamental desse autor em relação à categoria raça, é que para ele “raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração exclusão- ou seja, o racismo” (HALL, p. 69). Tal posição contribuiu para entendermos em que perspectiva teórica os trabalhos tem tratado a questão do racismo e suas implicações nas práticas sociais.

Nas discussões sobre cultura destacamos o pensamento de Geertz (2012) os estudos desse autor abordam o conceito de cultura em uma perspectiva antropológica. Trata-se de um conceito como ele próprio define como sendo essencialmente semiótico, o que significa entendê-lo como uma teia de significados, ou seja, a cultura é, assim, considerada “Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis” (GEETZ, 2012, p. 10). Essa abordagem contribui para a compreensão do universo humano numa perspectiva mais ampla, ou seja, permite entender as instituições, os comportamentos, acontecimentos, contextos e processos sociais. Dessa forma, a análise antropológica da cultura se constitui em uma descrição densa dessas realidades de forma a possibilitar o “acesso ao mundo conceptual do qual os nossos sujeitos” (GEETZ, 2012, p. 17).

Nesse percurso dos estudos sobre o conceito de cultura, Laraia (2005) apresenta questionamentos em torno do determinismo biológico e geográfico, para demonstrar que as diferenças entre os homens não são dadas nem pelas características genéticas, nem pelo espaço no qual vivem, mas pela sua cultura, isto é, pela forma como transmitem e como vivenciam sua cultura. Dessa forma, para Laraia (2002) o modo como observamos o mundo, o julgamento que fazemos dele quanto à ordem moral e de valores, bem como os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais, seriam o legado de uma cultura. Esses pressupostos nos ajudam a entender que cada sistema cultural está sempre em mudança e compreendermos essa dinâmica é importante para amenizar os choques entre as gerações. Por isso é fundamental para a humanidade a compreensão da diferença entre os povos, pois esse é o único procedimento que preparara o homem para encarar mundo e suas transformações diversas.

A pesquisa teórica tem perpassado todos os momentos da pesquisa e contribuiu com a apreensão da temática e análise dos dados. Para darmos continuidade a este relatório, no item a seguir apresentaremos e discutiremos os resultados da pesquisa.

3 RELAÇÕES NEGRO E MAGISTÉRIO: DADOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

O levantamento foi realizado no dia 27 de julho de 2013, utilizamos como referência a busca por assunto com as seguintes palavras-chave: relações étnico-raciais e formação docente. Foram encontradas cinco teses e dezoito dissertações.

Inicialmente traçamos um quadro com os Estados e a sua divisão em universidades públicas e privadas, bem como, a quantidade de dissertações encontradas nas mesmas:

Estado	Universidade	Dependência		Dissertações
		Pública	Privada	
Paraná	Universidade Federal do Paraná			Mestrado
		X		01
Minas Gerais	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais		X	01
	Universidade Federal de Minas Gerais	X		01
São Paulo	Pontifícia Universidade Católica		X	01

	de São Paulo			
	Centro Universitário Moura Lacerda		X	01
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	X		01
	Universidade Metodista de São Paulo		X	01
	Universidade Católica de Santos		X	01
	Universidade de São Paulo	X		01
	Universidade Federal de São Carlos	X		02
	Pontifícia Universidade Católica de Campinas		X	01
Goiás	Universidade Federal de Goiás	X		01
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	X		02
Bahia	Universidade do Estado da Bahia	X		01
Pernambuco	Universidade Católica de Pernambuco		X	01
Rio de Janeiro	Universidade do Estado do RJ	X		01

Conforme expressa a tabela acima, foram localizadas 18 dissertações, sendo que destas o estado de São Paulo foi o que mais produziu, e os estados do Paraná, Goiás e Bahia foram os que apresentaram a menor produção.

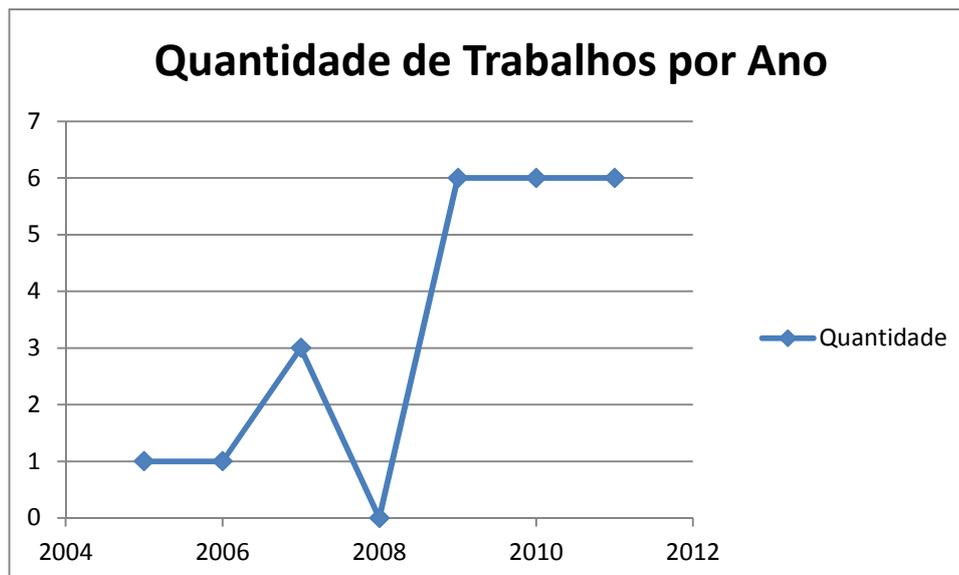
Quanto às teses capturadas, das cinco teses encontradas, uma não se encaixava no assunto abordado, essa verificação se deu pelo próprio o título, como pelo que expressava o resumo desse trabalho. Assim, com essa constatação, resolvemos desconsiderar esse trabalho, cujo título era: “Das Possibilidades de Formação Profissional a Distância: Um estudo na perspectiva da Teoria da Atividade”. Por outro lado, uma das teses que já havia sido objeto de estudo no grupo não apareceu no resultado, que foi a tese de Wilma Nazaré Coelho, produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 2005. Por essa incongruência do sistema de busca, resolvemos considerar

essa tese dentro do quantitativo dos trabalhos encontrados. Nessa perspectiva, o resultado desse levantamento, por região, pode ser observado na tabela abaixo:

Estado	Universidade	Programa	Ano
Santa Catarina	UFSCAR	Educação	2009
Rio De Janeiro	PUC-Rio	Educação	2010
Minas Gerais	UFMG	Educação	2010
Rio de Janeiro	UNICAMP	Educação	2011
Rio Grande do Norte	UFRN	Ciências Sociais	2005

A tabela acima revela um quantitativo reduzido de teses, as quais se encontram distribuídas entre as regiões sul, sudeste e nordeste. E, com exceção da tese de Wilma Nazaré Coelho, que foi defendida no ano de 2005, os demais trabalhos são muito recentes, ou seja, datam de 2009 a 2011.

Nesta pesquisa, considerávamos, inicialmente, a realização do levantamento dos trabalhos produzidos no período de 2004 a 2012. Ao Considerarmos o quantitativo geral dos trabalhos encontrados, a distribuição temporal destes foi observada que foram produzidos entre os anos de 2005 e 2011. Portanto não foram encontrados trabalhos nos anos de 2004, 2008 e 2013. A distribuição temporal e quantitativa desses trabalhos está representada no gráfico a seguir.

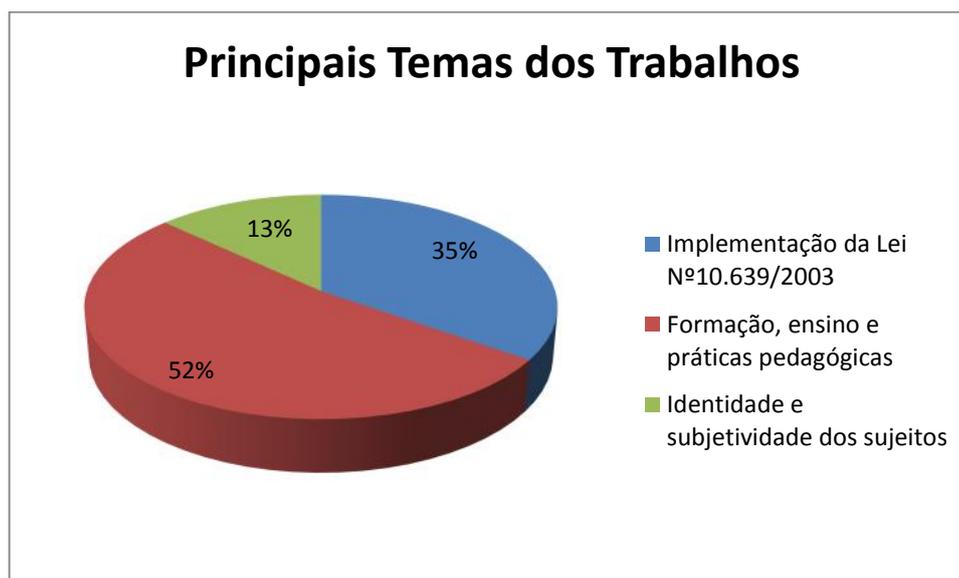


Na análise do gráfico acima observamos que essa produção ainda é tímida, a mesma não se dá de forma crescente e nem permanente, há portanto, avanços e retrocessos. Verificamos a ausência de trabalhos no ano de 2008 e que o pico dessa produção se deu nos anos de 2009, 2010 e 2011. A análise dos temas, na relação com os anos em que esse pico ocorreu, nos revela que os temas privilegiados nesse período foram: implementação da Lei Lei 10.639/2003 e a formação, identidade e práticas docentes. Esse dado é relevante porque nos fornecem pistas de que os temas emergentes podem ter recebido influência do contexto da Lei que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como das implicações dessa Lei para a formação docente e práticas pedagógicas nas escolas.

Ainda em relação aos objetivos, uma de nossas finalidades específicas era demarcar o campo epistemológico que caracteriza os estudos no campo das relações negro e magistério; essa análise foi feita a partir da leitura dos resumos, a qual constituiu o terceiro momento da pesquisa. Apesar das limitações de alguns resumos, pois em alguns deles tivemos dificuldades para identificar com mais clareza os aportes teórico-metodológicos, foi possível identificar temas privilegiados nos trabalhos e principais instrumentos utilizados para a construção e análise dos dados.

Assim, a análise das temáticas privilegiadas nos trabalhos foi sistematizada em três categorias: Implementação da Lei 10.639/2003; Formação, ensino e práticas pedagógicas; Identidade e subjetividade dos sujeitos. Na categoria Implementação da Lei 10.639/2003 foram incluídos os trabalhos que objetivavam analisar os processos de tramitação e implementação dessa Lei e suas implicações na escola. Na categoria Formação, ensino e

práticas pedagógicas foram considerados os trabalhos que analisavam processos de formação de professores, experiências de ensino e/ou práticas pedagógicas no trato com as relações etnocorraciais. Na categoria Identidade e subjetividade dos sujeitos foram considerados trabalhos que discutiam a construção dos processos identitários dos dos sujeitos apartir de suas histórias de vida e experiências profissionais que possibilitam construir o conceito de si. O resultado dessa análise pode ser observada no gráfico a seguir:



A categoria Formação, ensino e práticas pedagógicas, que pela análise do gráfico acima, representou 52% dos trabalhos. Os trabalhos que discutem essa temática abordam como aspecto teórico-metodológico o trabalho com a abordagem qualitativa de pesquisa; em sua maioria, utilizam como instrumentos de pesquisa a entrevista semiestruturada e a análise documental. Apesar do foco da análise ser os processos formativos e a prática pedagógica, observamos que poucos estudos se utilizam da pesquisa participante ou etnográfica. Neste grupo de trabalhos, que ao todo foram 12 (doze), apenas 2 (dois) trabalharam a abordagem da pesquisa participante e etnográfica. A conclusão dessa análise nos indica fragilidades nas abordagens metodológicas, uma vez que a busca da compreensão das práticas pedagógicas pode ficar limitada ou enviesada sem a utilização de procedimentos que possibilitem a triangulação de dados. Nesse sentido, consideramos que os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participante e da pesquisa etnográfica podem contribuir com esse processo.

Ao analisarmos a categoria “Implementação da Lei 10.639/2003” observamos que a maioria dos trabalhos privilegiaram a pesquisa documental, porém o enfoque metodológico

no conjunto das pesquisas, foi bastante abrangente, pois incluíram procedimentos tais como: entrevistas; grupo focal; depoimentos; questionários. Também identificamos marco teórico da teoria das representações sociais, com a utilização do conceito de *habitus* com base em Bourdieu. Essa categoria teve uma boa representatividade conforme expressa o gráfico acima, a mesma constituiu 35% do universo total dos trabalhos, sendo a segunda categoria mais privilegiada.

A categoria “Identidade e subjetividades dos sujeitos” foi menos contemplada, ficou com apenas 13% do total dos trabalhos. Nesta categoria os trabalhos discutem conceitos tais como: ideologia do branqueamento, democracia racial, formação de identidade pessoal, social, étnico-racial e a profissional. Também identificamos o trabalho com as histórias de vida e a teoria das representações sociais. Consideramos que apesar da presença dessa temática e da utilização de uma abordagem de pesquisa diversificada, o trabalho com essa temática ainda carece de mais estudos, uma vez que a literatura destaca a importância desses estudos para que possamos compreender a construção dos preconceitos, dos estereótipos profissionais e sociais dos sujeitos, bem como as transformações ocorridas ao longo do tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, a compreensão extraída dos referenciais teóricos nos leva a entender a importância de se discutir a invisibilidade da questão de raça como mecanismo gerador das desigualdades sociais. Daí a necessidade de trazermos as discussões conceituais sobre raça, cultura e identidade. As contribuições do campo antropológico são importantes, pois possibilitaram compreendermos os sentidos históricos e sociais desses conceitos, tal entendimento nos permite ultrapassar visões parciais e deterministas.

As pesquisas consultadas, em sua maioria, abordam tais conceitos, as mesmas traçam os processos históricos através dos quais esses conceitos tiveram origem, se desenvolveram e adquiriram novos sentidos na atualidade. Dessa forma, os trabalhos analisados, em sua

maioria, quando utilizam tais conceitos o fazem em uma perspectiva política, para demarcar os espaços de atuação e contribuição dos grupos sociais organizados, bem como do campo científico para a redefinição desses conceitos.

Com base nos resultados alcançados, podemos constatar que, embora tenha havido um crescimento das pesquisas no campo das relações étnico-raciais e educação de um modo geral, o lugar que a questão racial ocupa como central para problematizar, por exemplo, o currículo, os livros didáticos, a implementação da Lei 10. 639/2003 que instruiu o ensino obrigatório da história e da cultura africana no Brasil, a formação docente e a identidade profissional para o trato das questões raciais no cotidiano escolar, ainda merecem ser bastante explorada. Pois o mapa traçado até aqui, aponta também que esse desenvolvimento das pesquisas não tem se dado de forma contínua e nem permanente, pois o quadro demonstra que tem havido avanços e recuos no quantitativo dessa produção científica.

Assim, constatamos que há ainda uma pequena quantidade de trabalhos voltados para a temática “Identidade e subjetividade dos sujeitos”, na qual podem ser investigados o acesso, as trajetórias escolares de estudantes negros, bem como o acesso do professor negro ao magistério e seus processos de desenvolvimento profissional. Tais estudos contribuem para se compreender o avanço e os retrocessos das políticas educacionais, bem como as ações que contribuem para que essas ações ocorram.

Por fim, acreditamos que essa pesquisa atingiu os seus objetivos, pois nos permitiu visualizar campos possíveis de pesquisa, perceber os avanços e limites ainda existentes neste campo. Entretanto, é plausível salientar que essa pesquisa ainda pode e deve ser aprofundada, tanto nos aspectos teóricos, quanto metodológico. Portanto, já estamos desenvolvendo pesquisa complementar através de Projeto PIBIC, onde estamos mapeando essa produção, tomando como referência os repositórios dos Programas de Pós-graduação em Educação em estados das regiões sudeste, norte e nordeste, como forma de corrigir possíveis lacunas apresentadas pela atual pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1977.

BRZEZINSKI, I. **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002.

CATANI, D. B. *et all* (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 2000.

CASTELLS, Manuel (1999). **A era da informação: economia, sociedade e cultura (Fim de milênio)**. São Paulo: Paz e Terra.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente**: um estudo sobre a presença do negro no magistério Pará de 1970-1989. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DUBAR, C. **A Socialização**: Construção das Identidades Sociais e Profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

DOWBOR, Ladislau. **O mosaico partido: a economia além das equações**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar. 1973.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lucia Maria Assunção. (Orgs.). **O Pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do movimento negro. São Carlos: UFSCAR, 1997.

GOLÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano;

LARAIA, Roque de Barros – **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

_____. **Raça e História. Raça e Ciência I**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Estatutos estaduais do magistério e discriminação racial. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cor e magistério**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

NÓVOA, António. (Org.). **Profissão professor**. Porto-PT: Porto, 1995.

SANTOS, Gislene Aparecida dos Santos. **A Invenção do ser negro**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cor e magistério**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

TEIXEIRA, Moema de Poli. A Presença negra no magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cor e magistério**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 16 ed. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmicas).

VEIGA, Cynthia. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.